

FRI, 24 SEP 2021

Autorizada pela VISAPRESS para a reprodução, distribuição e/ou armazenamento de conteúdos de imprensa, das publicações por esta representada, sendo interdita qualquer reprodução, mesmo que parcial.

Agendas políticas condicionam 'debt ceiling'

PAULO ROSA Economista Sénior do Banco Carregosa

As agendas político-partidárias e os calendários eleitorais condicionam as conversações, entre republicanos e democratas, para alcançarem as necessárias alterações ao atual limite de dívida pública norte-americana. A lei do Orçamento Bipartidário, de agosto de 2019, suspendeu durante dois anos o limite da dívida pública norte-americana, até ao passado dia 31 de julho. No dia 1 de agosto de 2021, o limite da dívida, o 'debt ceiling', foi redefinido para o teto anterior de 22 bilhões de dólares, mais os empréstimos acumulados e ocorridos durante o período de suspensão. A pandemia impulsionou significativamente os gastos públicos e, conseqüentemente, a dívida pública alcançou os 28,5 bilhões de dólares no final de julho e o novo teto da dívida foi restabelecido automaticamente nesse nível em 1 de agosto.

Atualmente, o governo dos EUA financia todas as suas despesas recorrendo à receita fiscal. Setembro é um mês favorável para as contas públicas, porque há lugar ao pagamento de vários impostos de pessoas singulares e empresas. Os empréstimos ao Estado estão limitados pelo novo teto da dívida pública. Qualquer emissão de dívida só poderá ocorrer para amortizar empréstimos vencidos, ou seja, 'rolar' dívida, expressão do jargão financeiro.

Numa economia capitalista, onde não há lugar a dividendos de empresas públicas e outros proveitos públicos, os impostos são, em boa verdade, a única fonte de receitas do Estado para satisfazer as necessidades crescentes de despesa pública, nomeadamente para financiar planos de infraestruturas de longo prazo. Sendo assim, o teto da dívida pública ou é aumentado, ou é novamente suspenso.

Os republicanos opõem-se ao aumento do teto da dívida, não porque não precise de ser feito, mas porque abriria o caminho para os democratas avançarem com o plano de aprovação de um pacote de 3,5 bilhões de dólares para expandir a rede de segurança social sob o processo de reconciliação orçamental. Os republicanos recusam-se a apoiar esse acréscimo de despesa pública e aumento de impostos propostos para pagá-la. A expansão da segurança social inclui investimentos em educação, creches, saúde e licenças remuneradas a serem financiados pelo aumento de impostos sobre as empresas e as pessoas de rendimentos mais elevados.

A atual administração dos EUA é democrata e no Congresso, composto pela Câmara dos representantes e pelo Senado, os democratas detêm a maioria. O voto de qualidade de Kamala Harris no Senado confere-lhes maioria. Assim sendo, os democratas têm votos suficientes para aprovarem alterações ao limite da dívida se utilizarem o mecanismo da reconciliação orçamental, processo legislativo adotado em 1974, e que só necessita de maioria simples.

Em vez de precisar de uma maioria qualificada de três quintos (60 votos), um projeto de lei alicerçado na reconciliação orçamental só necessita de maioria simples no Senado (51 votos). Todavia, há limitações à sua utilização. Um projeto de lei de reconciliação que aumente o déficit além do período coberto pela resolução orçamental está sujeito a um ponto de ordem de 60 votos sob a "regra de Byrd" de 1985, em homenagem ao senador Robert Byrd, a menos que os custos sejam compensados por poupanças previstas no próprio projeto de lei. A regra de Byrd pretende impedir o uso da reconciliação para promover défices públicos crescentes e duradouros. A reconciliação também não deve alterar despesas com a segurança social que sejam consideradas fora do perímetro do orçamento.

Sem um acordo bipartidário, os democratas têm de recorrer à reconciliação orçamental para alterar ou suspender o limite da dívida. O partido não pode procurar aprovar legislação e o seu programa de governo com os votos dos republicanos para maior legitimidade política. Os republicanos podem aproveitar a aprovação unipartidária do limite da dívida para responsabilizar os democratas por gastos excessivos e dívidas mais elevadas.

Assim sendo, pressionam os democratas no Senado a incluírem o aumento do teto da dívida no pacote democrata de âmbito social de 3,5 bilhões de dólares que os democratas pretendem aprovar numa votação unipartidária sob a reconciliação orçamental. Republicanos e democratas evitam decisões políticas que os penalizem nas urnas em novembro de 2022, nas eleições intermédias para o Congresso. Entretanto, a reconciliação apenas foi usada quatro vezes para aumentar o limite da dívida, a última em 1997.

OUTLET	Vida Económica	FREQUENCY	Weekly
COUNTRY	Portugal	CIRCULATION	105,450 Weekly
LANGUAGE	Portuguese	IMPRESSIONS	210,900
SIZE	200 cc	AVE	€2,180
PAGE	23	SENTIMENT	Neutral
		DISTRIBUTION	Portugal



PAULO ROSA

Economista Sênior do
Banco Carregosa

Agendas políticas condicionam ‘debt ceiling’

As agendas político-partidárias e os calendários eleitorais condicionam as conversações, entre republicanos e democratas, para alcançarem as necessárias alterações ao atual limite de dívida pública norte-americana. A lei do Orçamento Bipartidário, de agosto de 2019, suspendeu durante dois anos o limite da dívida pública norte-americana, até ao passado dia 31 de julho. No dia 1 de agosto de 2021, o limite da dívida, o ‘debt ceiling’, foi redefinido para o teto anterior de 22 biliões de dólares, mais os empréstimos acumulados e ocorridos durante o período de suspensão. A pandemia impulsionou significativamente os gastos públicos e, consequentemente, a dívida pública alcançou os 28,5 biliões de dólares no final de julho e o novo teto da dívida foi restabelecido automaticamente nesse nível em 1 de agosto.

Atualmente, o governo dos EUA financia todas as suas despesas recorrendo à receita fiscal. Setembro é um mês favorável para as contas públicas, porque há lugar ao pagamento de vários impostos de pessoas singulares e empresas. Os empréstimos ao Estado estão limitados pelo novo teto da dívida pública. Qualquer emissão de dívida só poderá ocorrer para amortizar empréstimos vencidos, ou seja, ‘rolar’ dívida, expressão do jargão financeiro.

Numa economia capitalista, onde não há lugar a dividendos de empresas públicas e outros proveitos públicos, os impostos são, em boa verdade, a única fonte de receitas do Estado para satisfazer as necessidades crescentes de despesa pública, nomeadamente para financiar planos de infraestruturas de longo prazo. Sendo assim, o teto da dívida pública ou é aumentado, ou é novamente suspenso.

Os republicanos opõem-se ao aumento do teto da dívida, não porque não precise de ser feito, mas porque abriria o caminho para os democratas avançarem com o plano de aprovação de um pacote de 3,5 biliões de dólares para expandir a rede de segurança social sob o processo de reconciliação orçamental. Os republicanos recusam-se a apoiar esse acréscimo de despesa pública e aumento de impostos propostos para pagá-la. A expansão da segurança social inclui investimentos em educação, creches, saúde e licenças remuneradas a serem financiados pelo aumento de impostos sobre as empresas e as pessoas

de rendimentos mais elevados.

A atual administração dos EUA é democrata e no Congresso, composto pela Câmara dos representantes e pelo Senado, os democratas detêm a maioria. O voto de qualidade de Kamala Harris no Senado confere-lhes maioria. Assim sendo, os democratas têm votos suficientes para aprovarem alterações ao limite da dívida se utilizarem o mecanismo da reconciliação orçamental, processo legislativo adotado em 1974, e que só necessita de maioria simples.

Em vez de precisar de uma maioria qualificada de três quintos (60 votos), um projeto de lei alicerçado na reconciliação orçamental só necessita de maioria simples no Senado (51 votos). Todavia, há limitações à sua utilização. Um projeto de lei de reconciliação que aumente o défice além do período coberto pela resolução orçamental está sujeito a um ponto de ordem de 60 votos sob a “regra de Byrd” de 1985, em homenagem ao senador Robert Byrd, a menos que os custos sejam compensados por poupanças previstas no próprio projeto de lei. A regra de Byrd pretende impedir o uso da reconciliação para promover défices públicos crescentes e duradouros. A reconciliação também não deve alterar despesas com a segurança social que sejam consideradas fora do perímetro do orçamento.

Sem um acordo bipartidário, os democratas têm de recorrer à reconciliação orçamental para alterar ou suspender o limite da dívida. O partido no poder procura aprovar legislação e o seu programa de governo com os votos dos republicanos para maior legitimidade política. Os republicanos podem aproveitar a aprovação unipartidária do limite da dívida para responsabilizar os democratas por gastos excessivos e dívidas mais elevadas. Assim sendo, pressionam os democratas no Senado a incluírem o aumento do teto da dívida no pacote democrata de âmbito social de 3,5 biliões de dólares que os democratas pretendem aprovar numa votação unipartidária sob a reconciliação orçamental. Republicanos e democratas evitam decisões políticas que os penalizem nas urnas em novembro de 2022, nas eleições intermédias para o Congresso. Entretanto, a reconciliação apenas foi usada quatro vezes para aumentar o limite da dívida, a última em 1997.